



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de assinatura de atos
da nova política de preços de petróleo e
derivados no Brasil*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE JULHO DE 1998

Senhor Vice-Presidente, Dr. Marco Maciel; Senhor Ministro Raimundo Brito; Ministro Pedro Malan; Ministro Clóvis Carvalho; Dr. David Zylberstajn; Senhor Dr. João Rennó; Senhores e Senhoras,

Creio que o Ministro Brito, como costuma fazer, expôs de maneira convincente as razões e os resultados da nova política de petróleo. Eu só queria chamar a atenção para dois ou três pontos. Se nós recuássemos no tempo – não precisa muito tempo, não –, veríamos que há uns 4 anos seria impensável acontecer o que está acontecendo, no que diz respeito à política energética em geral e à política do petróleo em particular.

Era aquele “corre-corre” para saber preço da gasolina: “Vamos correndo para a bomba. Tem fila, não tem fila, vai subir o preço hoje, vai subir amanhã. Não sobe hoje, porque tem tal consequência, é amanhã, faz no fim de semana.” Esse era o dia-a-dia de nós todos, aqui, que já tínhamos ingerência nessas decisões. Era um dia-a-dia aflitivo, e quem pagava o preço era sempre o consumidor; e o preço político, os que tinham que tomar a decisão. A inflação estava minando tudo, e nós não tínhamos nem condições objetivas de calcular custos.

De modo que só foi possível haver essa modificação – vejo aqui antigos companheiros do tempo do Ministério da Fazenda, em que corríamos atrás de preços, preços da cana-de-açúcar, do álcool, do petróleo e tudo o mais –, só foi possível esquecer esse momento aflitivo porque nós conseguimos estabilizar a moeda. Sem o Real, nada disso teria sido possível.

Hoje, nós estamos dando um passo adiante, porque, além do Real, nós temos uma política coerente. E essa política está dando resultados. O que nós estamos fazendo agora é porque antes se fez uma porção de coisas, e vamos continuar fazendo. Por isso, até o ano 2000 há toda uma sequência de atos, que vêm de longe, que vêm de toda essa modificação na nossa política energética.

Nós estamos desregulamentando o setor. Mas desregulamentando com cuidados, não fazendo de maneira selvagem, não pura e simplesmente acabando-se com os controles. Não é assim. Nós estamos desregulamentando prestando atenção nos efeitos dessa desregulamentação sobre o equilíbrio regional, sobre os insumos, que têm consequência quanto a preços de produtos.

Por isso nós criamos, antes mesmo dessa desregulamentação final, a Agência Nacional do Petróleo, que é o órgão encarregado de controlar, também, esses efeitos macroeconômicos. E essa vinculação – já mencionada pelo Ministro Brito – com o Ministério da Fazenda é essencial e continuará sendo essencial, para que nós possamos saber, com cuidado, quais são as consequências das nossas políticas de desregulamentação.

Portanto, é uma desregulamentação com novos tipos de controle. Essas agências que nós estamos criando introduzem tipos de controle de outra natureza, que vão verificar, muito mais, os resultados das medidas tomadas sobre o conjunto da economia, e não apenas o controle, digamos, quase burocrático, mas que tinha consequências, às vezes, altamente vantajosas para alguns e extremamente prejudiciais para outros.

O objetivo dessas novas políticas é muito claro. Nós queremos não apenas baixar o preço. E chamo a atenção para o fato de que hoje nós nos reunimos para dizer que baixou 3%. Isso, no passado, era um dia de inflação, subia 3%. Agora, quando baixa um pouquinho, ao baixar o

óleo diesel, isso tem consequência sobre toda a cadeia produtiva nacional, afeta o conjunto da economia nacional e tem consequências, porque os lucros vão ser dados nas margens. E, cada vez mais, vai ser assim: são pequenas alterações que têm consequências extremamente positivas ou, conforme o caso – que não é o caso agora –, negativas.

Nosso objetivo é de melhorar, também, o serviço, o atendimento. É preciso dizer – o Ministro Brito mencionou aqui alguns dados que são impressionantes – que nós estamos aumentando em 40% a oferta de energia no Brasil, em geral. É muita coisa, num período de menos de quatro anos; são modificações importantes. E a Petrobras mostrou os resultados a que chegou.

E mais ainda: nesse conjunto de políticas, se nós estamos privatizando alguns setores, não o estamos fazendo sem olhar as consequências macroeconômicas dessas privatizações e o efeito para a pessoa, para o cidadão, para o brasileiro e para a brasileira, que vão ser os clientes do serviço aqui, no caso da gasolina ou do diesel, do preço da passagem de avião, mais adiante, e de quem seja. Isso tem consequências práticas na vida quotidiana.

E é com esse objetivo que nós estamos fazendo essas transformações, e não apenas com objetivos, já, por si importantes, de expandir a base produtiva. E estamos expandindo essa base produtiva. É provável que, agora – e, até o dia 6 de agosto, nós temos que assinar os contratos de parcerias e contratos de investimentos com a Agência Nacional do Petróleo e o Ministério de Minas e Energia e as várias empresas, especialmente a Petrobras, que vai continuar tendo um papel muito importante nesta área –, nós vamos ver uma abertura impressionante de novas frentes produtivas no Brasil.

No que diz respeito a petróleo, embora tenhamos aumentado muito a nossa produção – estamos por cima de 1 milhão de barris por dia –, nós ainda consumimos bastante mais do que isso: 1 milhão e meio. Nós precisamos chegar não ao nível do auto-abastecimento, porque, em uma economia aberta, depende do que seja mais vantajoso ou menos vantajoso. Mas nós temos que ter mais investimentos aqui, porque, obviamente, se nós aumentarmos essa produção de maneira adequada,

o que vai acontecer é que isso terá um efeito direto sobre a balança comercial, posto que nós ainda importamos 5 bilhões de dólares por ano de petróleo – mais ou menos 5 bilhões de dólares. Se nós conseguirmos reduzir isso, haverá um impacto positivo também sobre as nossas contas externas, sobre o conjunto da economia brasileira.

A partir dessas políticas – o Ministro Brito disse e é certo –, o Brasil passa a ser, mais e mais, um pólo de atração de investimentos, porque estão vendo que há uma coerência no conjunto das políticas brasileiras que permite que os investidores venham aqui com uma certa segurança quanto aos resultados dos seus investimentos, não quanto a resultado financeiro, mas quanto aos resultados que dizem respeito às regras que vão controlar as decisões de ordem econômica. Não vamos ficar sujeitos a variações intempestivas, por pressões políticas ou por que pressão seja.

Isso nós estamos fazendo em todos os setores. Estamos tentando, com isso, tornar uma série de serviços públicos não apenas mais eficientes e, portanto, mais lucrativos, mas também mais úteis aos consumidores, aos clientes, à população do Brasil.

Dentro de breves dias, vamos assistir talvez ao maior empreendimento, hoje, no mundo em matéria de privatizações, que é o sistema Telebrás, com todos os cuidados também que estão sendo envolvidos na privatização desse setor, para que haja competição, para que não haja monopólio privado, para que haja um preço adequado, um bom preço, para que o consumidor seja beneficiado, para que baixem as tarifas, para que haja acesso mais direto aos telefones, e assim por diante. Em uma questão de poucos dias mais, esse processo estará em marcha. E já tivemos algumas conseqüências na chamada banda B. Teremos novas modificações. E o beneficiário vai ser o povo brasileiro, vai ser o consumidor e, no conjunto, a nossa própria economia, que vai ter mais condições de avançar nesse novo quadro que está sendo desenhado para o Brasil.

Creio que era isso o que eu queria expressar, para acrescentar ao que foi dito pelo Ministro Brito. Era muito difícil acrescentar qualquer coisa, dado que ele foi bastante específico e claro na sua exposição. Mas eu queria reafirmar que o objetivo de tudo isso é atender ao cidadão. O

objetivo não é apenas ser mais eficiente por ser eficiente, mas para ter uma consequência prática sobre a sociedade brasileira.

Por fim, quero felicitar todos os que estiveram envolvidos nisso, os Ministros envolvidos, a Agência Nacional do Petróleo, a Petrobras e aqueles que, anonimamente, trabalham, aí, há tanto tempo, para que o Brasil possa ter uma economia mais dinâmica e para que, no caso específico da área de energia, possa atender melhor aos contribuintes e aos cidadãos em geral.

Muito obrigado.